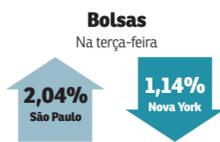




7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 18 de janeiro de 2023



Na terça-feira
R\$ 5,100
(- 0,84%)

Dólar

	Últimos
11/janeiro	5,181
12/janeiro	5,100
13/janeiro	5,106
16/janeiro	5,149

Salário mínimo
R\$ 1.302

Euro
Comercial, venda
na terça-feira
R\$ 5,510

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado
30 dias (ao ano)
13,66%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Agosto/2022	-0,36
Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62

CONJUNTURA

Haddad promete para abril reforma tributária

PECs 45 e 110, que tramitam no Congresso, dariam o pontapé inicial para a mudança no sistema de impostos. Ministro também pretende apresentar o arcabouço fiscal no mesmo mês e começar a rever a tabela do IR no segundo semestre

» VICTOR CORREIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou, ontem, em conversa com jornalistas, em Davos, na Suíça, que pretende apresentar até abril o arcabouço fiscal e também dar início à reforma tributária, aproveitando que tramitam no Congresso as propostas de Emenda Constitucional 45 e 110. Já na participação que teve no Fórum Econômico Mundial, garantiu que é possível zerar o déficit das contas públicas nos primeiros dois anos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Além disso, quer dar início nos estudos para o reajuste da tabela do Imposto de Renda, no segundo semestre. “Se você pegar a série histórica, pretendemos voltar as receitas e despesas ao mesmo patamar pré-crise da pandemia, que é de 18,7% (do PIB). Se conseguirmos isso em dois anos, conseguimos zerar o déficit. E isso vai ser muito mais fácil se aprovarmos a reforma tributária”, disse, no painel especial do Fórum sobre o Brasil.

No dia anterior, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse que as duas PECs “foram bastante discutidas, maduras, que podem ser aprimoradas” para a plateia de empresários convidados a ouvi-lo, na reunião da diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Haddad trabalha com um horizonte no qual a aprovação da reforma tributária será no primeiro semestre. Para a segunda parte do ano, a discussão estaria voltada para o ajuste do IRPF. “A reforma que queremos aprovar no Congresso, na

Sandra Blaser/WEF



primeira metade do ano, é para impostos sobre consumo. Na segunda, queremos aprovar uma reforma tributária nos impostos sobre renda, para diminuir a carga tributária das classes mais baixas e fazer as mais altas pagarem mais. Queremos reequilibrar o ambiente tributário no Brasil”, explicou.

Segundo o ministro da Fazenda, o governo elabora um plano para renegociar as dívidas de 80 milhões de brasileiros para que voltem ao mercado consumidor, algo que seria facilitado por aumentos do salário mínimo acima da inflação. A meta do Poder

Executivo é reduzir o déficit de 2,3% do PIB (Produto Interno Bruto) para 1% até o final do ano. Caso as medidas deem o resultado esperado, o próximo passo é zerar o déficit até o final de 2024.

Suporte do FMI

Ele adiantou, ainda, que o governo brasileiro vai contar com o suporte técnico do Fundo Monetário Internacional para formular a proposta de uma nova âncora fiscal. O apoio foi oferecido pelo organismo multilateral na reunião que o ministro teve com a diretora geral do FMI, Kristalina Georgieva.

“Sabendo da nossa discussão sobre âncora fiscal, o FMI colocou a sua equipe técnica à disposição do Brasil para que conheça todas as regras em vigor, as que estão dando mais certo e menos certo para a gente se prevenir e levar ao Congresso a mais crível e sustentável âncora fiscal”, observou.

Diante do quadro político internacional, o Fundo demonstrou preocupação sobre a sustentabilidade política no Brasil, de acordo com Haddad. “Isso é muito importante no momento que estamos vivendo. Não adianta ter regra fiscal

que não leve em conta a responsabilidade social”, afirmou, enfatizando a determinação do presidente Lula.

Questionado sobre o recado que tem dado a investidores internacionais, Haddad enfatizou que “os investidores internacionais estão ávidos para investir no Brasil, até porque voltou à mesa de negociação sobre democracia, meio ambiente e estabilidade política. Quero crer que, no primeiro trimestre, vamos endereçar essas reformas e isso vai dar muita segurança à comunidade internacional”, previu. (Com Agência Estado)



A reforma que queremos aprovar no Congresso, na primeira metade do ano, é para impostos sobre consumo. Na segunda, queremos aprovar uma reforma tributária nos impostos sobre renda, para diminuir a carga tributária das classes mais baixas e fazer as mais altas pagarem mais. Queremos reequilibrar o ambiente tributário no Brasil”

“Sabendo da nossa discussão sobre âncora fiscal, o FMI colocou a sua equipe técnica à disposição do Brasil para que conheça todas as regras em vigor, as que estão dando mais certo e menos certo para a gente se prevenir e levar ao Congresso a mais crível e sustentável âncora fiscal”

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda

Marina cobra compromisso e recursos dos ricos

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, exortou ontem, em Davos, que os países ricos passem do discurso à ação na preservação do meio ambiente, em especial da Amazônia. Ela cobrou investimentos no Brasil, sobretudo porque, agora, o país tem um governo comprometido com a preservação.

“Temos uma boa regulamentação internacional, mas faltam investimentos. Os US\$ 100 bilhões que eram compromisso dos países desenvolvidos ainda não estão aqui. Temos que ter recursos para ações de mitigação e também de adaptação”, explicou.

Em 2009, os países desenvolvidos prometeram um investimento de US\$ 100 bilhões por ano para financiar o combate às mudanças climáticas em países menos desenvolvidos — Brasil incluído — até 2020. Mas o valor que chegou até agora está muito aquém do pactuado.

“Precisamos de parcerias, suporte tecnológico e que o mundo faça sua parte, porque podemos cortar para zero o desmatamento na Amazônia”, frisou.

Segundo Marina, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima trabalhará em estreita colaboração com a Fazenda nos programas de desenvolvimento. “Temos um compromisso para que o Brasil saia de uma economia intensiva de carbono para uma economia de baixo carbono. Estamos falando da transição ecológica, bioeconomia, todos esses investimentos. Tenho muito orgulho de falar sobre eles aqui, mas todos esses investimentos foram acordados pelo nosso ministro da Fazenda”, salientou.

Marina citou também os feitos anteriores do Brasil no campo do meio ambiente. O país foi o primeiro em desenvolvimento que estabeleceu metas de carbono. O plano agora é recolocar a nação no cenário internacional, como uma liderança no tema ambiental, o que é representação pela indicação de Belém (PA) para sediar a próxima Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (a COP30), em 2025.

Tentativa de golpe

Tanto Marina quanto os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, aproveitaram para

Sandra Blaser/WEF



Marina pede recursos à comunidade internacional, diante de Haddad e Marisol Arguet, mediadora do Fórum

tranquilizar a comunidade internacional e os investidores para a frustrada tentativa de golpe que os bolsonaristas tentaram desfechar, em 8 de janeiro. Os dois, em uníssono, disseram que o governo tem os terroristas sob controle.

“Claro que você não está em uma posição confortável quando

tem uma oposição que é extrema. Precisamos de partidos que estejam comprometidos com a democracia sendo eleitos, e não é isso que temos agora no Brasil. Mas acredito que, com o presidente Lula, e por causa de todas as diferentes personalidades que querem colaborar com o governo, teremos sucesso”, amenizou Haddad.

Segundo o ministro, houve um repúdio enfático das principais lideranças políticas, jurídicas e sociais brasileiras, o que reforçou a posição de Lula dos partidos que compõem o governo. “(A frente) é robusta o suficiente para que possamos enfrentar os desafios, especialmente vindos da extrema direita”, salientou. (VC)

FPE age contra voto no Carf

O pacote de medidas de ajuste fiscal anunciado na semana passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, começa a encontrar as primeiras resistências no Congresso. Com 214 deputados e senadores, a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) prepara uma mobilização para tentar barrar as mudanças no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf) — tribunal administrativo que julga recursos dos contribuintes contra atuações da Receita Federal.

O pacote reativou o voto de qualidade. Assim, os presidentes dos órgãos julgadores, sempre auditores fiscais da Receita, voltam a poder desempatar o julgamento, cuja tendência é de que as decisões passem a ser decididas a favor da União.

A FPE alega que o retorno do voto de qualidade é um “retrocesso”. A frente parlamentar também tentará reverter o aumento da exigência para que as empresas recorram ao Carf, que foi ampliada de 60 salários mínimos para mil salários mínimos.